

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS
TÉCNICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – ETSUS**

LÍVIA DE ALMEIDA SOARES

**INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA ETSUS-PI: O DESAFIO DE CONSTRUI-
LOS.**

**TERESINA-PI
2013**

LÍVIA DE ALMEIDA SOARES

**INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA ETSUS-PI: O DESAFIO DE CONSTRUI-
LOS.**

Projeto de Intervenção apresentado como pré-requisito para conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde - CEGEPE da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Orientadora: Prof^a. Ms. Sônia Maria Nunes Viana.

**TERESINA-PI
2013**

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Soares, Livia de Almeida

Instrumentos de avaliação da ETSUS-PI: o desafio de construí-los. [manuscrito] /
Livia de Almeida Soares. - 2013.

40 f.

Orientadora: Sônia Maria Nunes Viana.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas
Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal
de Minas Gerais. ETSUS - Pólo Teresina-PI, para obtenção do título de Especialista em
Gestão Pedagógica.

1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante. 3.
Educação em Saúde. 4. Centros Educacionais de Áreas da Saúde. 5. Avaliação
Institucional. I. Viana, Sônia Maria Nunes. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas
Técnicas do SUS. III. Título.

Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

Livia de Almeida Soares

**INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA ETSUS-PI: O DESAFIO DE
CONSTRUÍ-LOS**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Fortaleza/CE

BANCA EXAMINADORA:


Prof^ª. Sônia Maria Nunes Viana (Orientadora)


Prof^ª. Dr^ª. Salette Maria de Fátima Silqueira

Data de aprovação: 01 de julho de 2013

Teresina - PI
2013

Aos meus pais José Uilson Soares e Maria do Socorro de Almeida Soares pela importância que deram à escola, para a qual encaminharam suas filhas, e pelo apoio incondicional, e a todos os familiares e amigos que de muitas formas me incentivaram e contribuíram para a concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Embora esse trabalho seja feito de todo um processo de aprendizagem, reflexão e esforço individual, a sua realização só foi possível graças à colaboração de muitos.

Agradeço:

“A Deus que nos revestiu de força e aperfeiçoou o nosso caminho (SL. 17,33)”; a quem tudo devo e sem Ele nada sou; a Jesus Cristo, que permanece junto ao Pai intercedendo incessantemente por mim; ao Espírito Santo, que me deu entusiasmo dia-a-dia para prosseguir nessa jornada!

À professora Sônia Maria Nunes Viana, minha orientadora, pela paciente orientação e, ainda pelo profundo respeito à minha criação, sem o qual não seria possível realizar este trabalho.

Ao meu esposo Patrick de Sousa Carvalho, pelo apoio nos momentos oportunos, por compreender a importância dessa conquista e aceitar a minha ausência quando necessário.

À minha irmã Leila de Almeida Soares, pela amizade, torcida e, sobretudo, pelo apoio em minhas decisões.

Ao meu sobrinho Igor de Almeida Alves, por ser a luz que irradia alegria, bondade e ternura em nosso viver.

À Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, por me oportunizar a realização desse curso.

Aos professores do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS – CEGEPE, pelas orientações e conhecimentos transmitidos.

Por fim, a todos aqueles que acreditam que a ousadia e o erro são caminhos para as grandes realizações. Sem vocês, o meu sonho não seria hoje uma realidade!

A Escola é muito mais que um currículo, um programa, um prédio, equipamentos e recursos humanos porque seus horizontes e seus limites ultrapassam estes instrumentos e confundem-se com a história. A Escola é a responsável pela formação da consciência e dos valores fundamentais do humanismo capaz de gerar um homem forte, organizado para ser tenaz e resistente, educado para ser confiante.

Antonio Gramsci

RESUMO

Este Projeto de Intervenção tem como tema os instrumentos de avaliação da ETSUS-PI: o desafio de construí-los e tem como objetivo geral elaborar instrumentos que proporcionem a avaliação do trabalho da ETSUS-PI, os objetivos específicos identificar dimensões a serem avaliadas em relação às práticas da ETSUS-PI sob a visão: dos docentes da ETSUS-PI; dos discentes da ETSUS-PI; do corpo técnico administrativo da ETSUS-PI; da gestão dos serviços de saúde; e da comunidade diretamente relacionada às práticas profissionais dos egressos da ETSUS-PI. As questões norteadoras nas quais esta pesquisa baseou-se dizem respeito a: Como avaliar as ações desenvolvidas pela ETSUS-PI? Que instrumentos aplicar aos atores sociais envolvidos no processo de trabalho? Como manter uma padronização nos registros do processo avaliativo da ETSUS-PI? Esse estudo se justifica pela inexistência de instrumentos próprios que possibilitem a avaliação das atividades desenvolvidas na ETSUS-PI, assim como, pela carência de registros (padronização) das atividades avaliativas escolares e, a necessidade de avaliar as ações desenvolvidas pela ETSUS-PI, conforme a perspectiva dos atores sociais implicados no processo de trabalho, com o intuito de qualificar e potencializar o mesmo. Este trabalho será realizado mediante pesquisa bibliográfica, buscando-se informações sobre a avaliação e a participação efetiva da comunidade institucional. A conclusão mais incisiva é que o olhar avaliativo possibilita ampliar a consciência acerca das possibilidades e limites de atuação da escola, além de permitir uma visualização da abrangência do trabalho e das competências que precisam ser desenvolvidas para responder as demandas sociais e educativas.

Palavras-chave: Instrumentos. Avaliação. ETSUS/PI. Construir

ABSTRACT

This Intervention Project has as its theme the assessment tools ETSUS-PI: the challenge of building them and aims to develop instruments that provide overall evaluation of the work of ETSUS-PI, the specific objectives identified dimensions to be assessed in relation practices of ETSUS-PI under the vision of the faculty ETSUS-PI; students in the ETSUS-PI; staff's administrative ETSUS-PI; management of health services, and community directly related to professional practices of graduates the ETSUS-PI. The guiding questions in which this research was based on concern: How to assess the actions taken by ETSUS-PI? Instruments that apply to the social actors involved in the process work? How to keep records in a standardization of the evaluation process of ETSUS-PI? This study is justified by the lack of proper instruments to enable the assessment of the activities developed in ETSUS-PI, as well as by the lack of records (standardization) of evaluation activities and school, the need to assess the actions taken by ETSUS-PI, as the perspective of the social actors involved in the work process, in order to qualify and enhance it. This work will be carried out through literature, seeking information about the evaluation and the effective participation of the institutional community. The conclusion is that the more incisive appraising look to widen awareness of the possibilities and limits of operation of the school, in addition to allowing a visualization of the scope of work and skills that need to be developed to meet the educational and social demands.

Keywords: Instruments. Evaluation. ETSUS / IP. Build

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.2 Justificativa.....	11
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 Objetivo Geral.....	13
2.2 Objetivos Específicos	13
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	14
3.1 A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL....	14
3.1.1 Avaliação na prática escolar.....	17
3.1.2 A Avaliação Institucional.....	19
3.2 AVALIAÇÃO: TIPOS E SIGNIFICADOS NO PROCESSO EDUCACIONAL.....	23
3.3 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E DA APRENDIZAGEM.....	24
3.4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ESCOLAR.....	27
3.5 AVALIAÇÃO COMO MOVIMENTO DE REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS POLÍTICO PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS TÉCNICAS DO SUS – ETSUS.....	29
4 METODOLOGIA.....	32
4.1 Cenário da intervenção.....	32
4.2 Sujeitos de Intervenção.....	34
4.3 Etapas de Intervenção.....	34
4.4 Resultados Esperados.....	36
5 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	39
6 ORÇAMENTO.....	40
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema os instrumentos de avaliação da Escola Técnica de Saúde do Piauí - ETSUS-PI: o desafio de construí-los, pois ao elaborar instrumentos que proporcionem a avaliação do trabalho da instituição almeja-se identificar as dimensões a serem avaliadas em relação às práticas nela realizadas sob a visão: dos docentes; dos discentes; do corpo técnico administrativo; da gestão dos serviços de saúde; e da comunidade diretamente relacionada às práticas profissionais dos egressos da ETSUS-PI.

A avaliação tem-se tornado, em nossos dias, uma necessidade pungente. Tal fato acarreta o interesse em estudos e pesquisas em nível crescente de complexidades nesta área, cujas práticas se tornam cada vez mais complexas. O termo avaliar vem do latim *valere*, que significa “ter valor”.

Para Ferreira (1990), avaliação consiste no “ato ou efeito de avaliar, apreciação, análise, valor determinado pelos avaliadores”.

Segundo Freire (2011), a avaliação é um processo contínuo que não objetiva, apenas, detectar um produto, mas inclui a reflexão para o redirecionamento e a perspectiva de avanços em novas direções.

A avaliação tornou-se, em nossos dias uma necessidade. Daí o interesse em estudos e pesquisas cada vez mais avançados nesta área, cujas práticas se tornam cada vez mais complexas.

A escola deva ser atual e atuante, onde além de acompanhar as mudanças constantes e aceleradas do mundo, responda criticamente sobre seu papel social e político adotado articuladamente por toda comunidade escolar, e acima de tudo, ciente de seu contexto histórico-social.

Uma prática pedagógica desvinculada do contexto social tende a ser uma prática tecnicista, abstrata, alienada e alienante, porque não está referida a totalidade (GRINSPUN, 2003, p.34).

Para Grinspun (2003), a escola tem a função de exercer uma posição crítica e reflexiva frente à realidade desafiadora do contexto atual, e concomitantemente, deve primar pelas reflexões e repensar seu lugar social.

Assim, a avaliação pode ser considerada um instrumento de gestão podendo ser utilizada como estratégia em que se busca estimular os atores institucionais a refletir suas ações, a buscar novos conhecimentos e habilidades para implementar ações que vislumbrem o aperfeiçoamento da qualidade do serviço ofertado, entendendo-se isso como um processo contínuo e participativo.

1.2 Justificativa

Esse estudo se justifica pela inexistência de instrumentos próprios que possibilitem a avaliação das atividades desenvolvidas na ETSUS-PI, assim como, pela carência de registros (padronização) das atividades avaliativas escolares e, a necessidade de avaliar as ações desenvolvidas pela ETSUS-PI, conforme a perspectiva dos atores sociais implicados no processo de trabalho, com o intuito de qualificar e potencializar o mesmo.

Avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade. Para a ETSUS-PI, instituição cuja razão de ser encontra-se na prestação de serviços de qualidade à sociedade, buscando sempre a excelência na produção, sistematização e democratização do saber, o propósito da Avaliação deve ser o de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos, buscando-se avaliar na perspectiva de vislumbrar aspectos importantes do trabalho executado e, sobretudo, implantar estratégias que alcancem a melhoria do mesmo.

Neste sentido, trabalhar a avaliação e verificar a visão dos docentes, dos discentes, do corpo técnico administrativo, da gestão dos serviços de saúde e da comunidade diretamente relacionada às práticas profissionais dos egressos da ETSUS-PI sobre o trabalho da instituição é fundamental para a articulação entre os diferentes níveis de ensino e dos sujeitos que compõem a escola.

Diante do contexto atual da ETSUS-PI, elaborou-se um projeto de intervenção com ações que se espera fortalecer o processo de trabalho, assim como, elaborar instrumentos que proporcionem a avaliação do trabalho da instituição e identificar dimensões a serem avaliadas em relação às práticas nela realizadas sob a visão de todos os envolvidos no processo de trabalho da ETSUS-PI, primando-se pela excelência dos cursos ofertados.

Esse projeto de intervenção propõe estratégias singulares que visam contribuir para a avaliação do trabalho da instituição. Assim, essa intervenção é relevante para a reorganização do processo de trabalho na área da avaliação. Acreditamos que as informações de caráter técnico-pedagógico e operacional coletada por meio desses instrumentos padronizados subsidiarão a caracterização do nível de qualidade da formação dos Cursos oferecidos quanto às suas especificidades e relevância para atender aos objetivos propostos, além de permitir o diagnóstico da situação da Escola quanto aos aspectos pedagógicos, metodológicos e de resultados.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Elaborar os instrumentos de avaliação da Escola Técnica do SUS do Piauí - ETSUS-PI.

2.2 Objetivos Específicos:

- Identificar dimensões a serem avaliadas em relação às práticas nela realizadas sob a visão: dos docentes, dos discentes, do corpo técnico administrativo, da gestão dos serviços de saúde e da comunidade diretamente relacionada às práticas profissionais dos egressos da ETSUS-PI.
- Contribuir para a avaliação do trabalho da instituição;
- Avaliar as ações desenvolvidas pela ETSUS-PI, conforme a perspectiva dos atores sociais implicados no processo de trabalho, com o intuito de qualificar e potencializar o mesmo.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação tornou-se, em nossos dias, uma necessidade. Daí o interesse em estudos e pesquisas cada vez mais avançados nesta área, cujas práticas se tornam cada vez mais complexas.

O conceito de avaliação vem mudando ao longo dos últimos anos e cada vez mais tem suscitado discussões. Etimologicamente, avaliar, do verbo *valere*, significa “ter valor” o que nos leva a concluir que avaliação prevê juízo de valor ou julgamento do que o outro faz (FERREIRA, 1990).

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório etc.) acerca do aproveitamento escolar (LIBÂNEO, 2006)

Ainda para Libâneo (2006, p. 165), a avaliação é uma tarefa complexa que:

Não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

Segundo Luckesi (2002), a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho.

Os dados relevantes se referem às várias manifestações das situações didáticas, nas quais o professor e os alunos estão empenhados em atingir os objetivos do ensino. A apreciação qualitativa desses dados, através da análise de

provas, exercícios, respostas dos alunos, realização de tarefas etc., permite uma tomada de decisão para o que deve ser feito em seguida.

Podemos, então, definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Nos diversos momentos do processo de ensino, são tarefas de avaliação: a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa.

Segundo Libâneo (2006), a avaliação escolar cumpre pelo menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle.

A função pedagógico-didática se refere ao papel da avaliação no cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar. Ao se comprovar sistematicamente os resultados do processo de ensino, evidencia-se ou não o atendimento das finalidades sociais do ensino, de preparação dos alunos para enfrentarem as exigências da sociedade, de inseri-los no processo global de transformação social e de propiciar meios culturais de participação ativa nas diversas esferas da vida social. Ao mesmo tempo, favorece uma atitude mais responsável do aluno em relação ao estudo, assumindo-o como um dever social. Cumprindo sua função didática, a avaliação contribui para a assimilação e fixação, pois a correção dos erros cometidos possibilita o aprimoramento, a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades e, desta forma, o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas (LIBÂNEO, 2006).

A função de diagnóstico permite identificar progressos e dificuldades dos alunos e a atuação do professor que, por sua vez, determinam modificações do processo de ensino para melhor cumprir as exigências dos objetivos. Na prática escolar cotidiana, a função de diagnóstico é mais importante porque é a que possibilita a avaliação do cumprimento da função pedagógico-didática e a que dá sentido pedagógico à função de controle.

A avaliação diagnóstica ocorre no início, durante e no final do desenvolvimento das aulas ou unidades didáticas. No início, verificam-se as

condições prévias dos alunos de modo a prepará-los para o estudo da matéria nova. Esta etapa inicial é de sondagem de conhecimentos e de experiências já disponíveis bem como de provimento dos pré-requisitos para a seqüência da unidade didática.

Durante o processo de transmissão e assimilação, é feito o acompanhamento do progresso dos alunos, apreciando os resultados, corrigindo falhas, esclarecendo dúvidas, estimulando-os a continuarem trabalhando até que alcancem resultados positivos. Ao mesmo tempo, essa avaliação fornece ao professor informações sobre como ele está conduzindo o seu trabalho: andamento da matéria, adequação de métodos e materiais, comunicação com os alunos, adequabilidade da sua linguagem etc. Finalmente, é necessário avaliar os resultados da aprendizagem no final de uma unidade didática, do bimestre ou do ano letivo. A avaliação global de um determinado período de trabalho também cumpre a função de realimentação do processo de ensino (LIBÂNEO, 2006).

A função de controle se refere aos meios e à frequência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas. Há um controle sistemático e contínuo que ocorre no processo de interação professor-aluno no decorrer das aulas, através de uma variedade de atividades, que permite ao professor observar como os alunos estão conduzindo-se na assimilação de conhecimentos e habilidades e no desenvolvimento das capacidades mentais. Neste caso, não se deve quantificar os resultados. O controle parcial e final se refere à verificação efetuada durante o bimestre, no final do bimestre e no final do semestre ou ano, caso a escola exija o exame final (LIBÂNEO, 2006).

Essas funções atuam de forma interdependente, não podendo ser consideradas isoladamente. A função pedagógico-didática está referida aos próprios objetivos do processo de ensino e diretamente vinculada às funções de diagnóstico e de controle. A função diagnóstica se torna esvaziada se não estiver referida à função pedagógico-didática e se não for suprida de dados e alimentada pelo acompanhamento do processo de ensino que ocorre na função de controle. A função de controle, sem a função de diagnóstico e sem o seu significado pedagógico-didático, fica restringida à simples tarefa de atribuição de notas e classificação.

3.1.1 Avaliação na Prática Escolar

A prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada, sobretudo por reduzir-se à sua função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram nas provas.

Para Libâneo (2006), os professores não têm conseguido usar os procedimentos de avaliação que:

Implicam o levantamento de dados por meio de testes, trabalhos escritos etc. para atender a sua função educativa. Em relação aos objetivos, funções e papel da avaliação na melhoria das atividades escolares e educativas têm-se verificado na prática escolar alguns equívocos com que convém explicitar, o mais comum é tomar a avaliação unicamente como o ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos. O professor reduz a avaliação à cobrança daquilo que o aluno memorizou e usa a nota somente como instrumento de controle.

Ainda hoje há professores que se vangloriam por deter o poder de aprovar ou reprovar. Quantas vezes se ouvem afirmações inteiramente falsas sobre o que deve ser um trabalho docente de qualidade, como por exemplo: “O professor x é excelente, reprova mais da metade da classe”, “O ensino naquela escola é muito puxado, poucos alunos conseguem aprovação” (LUCKESI, 2002).

Tal idéia é descabida, primeiro porque a atribuição de notas visa apenas o controle formal, com objetivo classificatório e não educativo; segundo, porque o que importa é o veredito do professor sobre o grau de adequação e conformidade do aluno ao conteúdo que transmite.

Essa atitude ignora a complexidade de fatores que envolvem o ensino, tais como os objetivos de formação, os métodos e procedimentos do professor, a situação social dos alunos, as condições e meios de organização do ensino, os requisitos prévios que têm os alunos para assimilar conteúdos novos, as diferenças individuais, o nível de desenvolvimento intelectual, as dificuldades de assimilação advindas de condições sociais, econômicas e culturais adversas dos alunos.

Ao fixar critérios de desempenho unilaterais, o professor avalia os alunos pelo seu mérito individual, pela sua capacidade de se ajustar aos seus objetivos, independentemente das condições do ensino e dos fatores externos e internos que interferem no rendimento escolar (LUCKESI, 2002).

A educação escolar é direito de todos os brasileiros como condição de acesso ao trabalho, à cidadania e à cultura. Enquanto tal é dever do governo garantir o ensino básico a todos, traçar uma política educacional, prover recursos financeiros e materiais para o funcionamento do sistema escolar, administrar e controlar as atividades escolares de modo a assegurar o direito de todas as crianças e jovens receberem um ensino de qualidade e socialmente relevante. Sabemos que em nosso país as coisas não se passam assim, e em todos os lugares a educação escolar do povo tem sido relegada ao segundo plano. Entretanto, os diversos setores organizados da sociedade como organizações e movimentos populares, pais, professores e alunos têm exigido dos governos o cumprimento das suas obrigações públicas em relação ao atendimento do direito à educação (VEIGA, 2006).

Uma das responsabilidades do poder público é a elaboração de planos e programas oficiais de instrução, de âmbito nacional, reelaborados e organizados nos estados e municípios em face de diversidades regionais e locais. Os programas oficiais, à medida que refletem um núcleo comum de conhecimentos escolares, têm um caráter democrático, pois, a par de serem garantia da unidade cultural e política da nação, levam a assegurar a todos os brasileiros, sem discriminação de classes sociais e de regiões, o direito de acesso a conhecimentos básicos comuns (VEIGA, 2006).

Ainda considerando as afirmações de Veiga (2006), os planos e programas oficiais de instrução constituem, portanto, um outro requisito prévio para o planejamento. A escola e os professores, porém:

Devem ter em conta que os planos e programas oficiais são diretrizes gerais, são documentos de referência, a partir dos quais são elaborados os planos didáticos específicos. Cabe à escola e aos professores elaborar os seus próprios planos, selecionar os conteúdos, métodos e meios de organização do ensino, em face das peculiaridades de cada região, de cada escola e das particularidades e condições de aproveitamento escolar dos alunos.

A conversão dos planos e programas oficiais em planos de ensino para situações docentes específicas não é uma tarefa fácil, mas é o que assegura a liberdade e autonomia do professor e a adequação do ensino às realidades locais.

Além disso, nenhum plano geral, nenhum guia metodológico, nenhum

programa oficial tem respostas pedagógicas e didáticas para garantir a organização do trabalho docente em situações escolares concretas.

Na verdade, cabe ao professor, mais que o cumprimento das exigências dos planos e programas oficiais, a tarefa de reavaliá-los tendo em conta objetivos de ensino para a realidade escolar onde trabalha. Nesse processo, conta-se com a criatividade, o preparo profissional, os conhecimentos de Didática, de Psicologia, de Sociologia e, especialmente, da disciplina que esse professor leciona e seu significado social nas circunstâncias concretas do ensino (LIBÂNEO, 2006).

3.1.2 A Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional é um processo imerso em aspectos ideológicos, políticos, econômicos, culturais, dentre outros.

Conforme Huguet (2001, p.15), ao discorrer sobre Autoavaliação Institucional, conceitua que é um processo interno, configurado com padrões próprios da instituição, não tem caráter público e sem propósito de comparação com outras instituições.

Segundo Ribeiro (2000, p.15), a avaliação é:

Um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade. Para a universidade, instituição cuja razão de ser encontra-se na prestação de serviços de qualidade à sociedade, buscando sempre a excelência na produção, sistematização e democratização do saber. O propósito da Avaliação Institucional deve ser o de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos.

Os princípios mais importantes da Autoavaliação Institucional que explicam a natureza deste processo, sua necessidade para o desenvolvimento institucional e razão de ser, são expressas pelos objetivos fundamentais de Autorreferência, Autoanálise e Autodesenvolvimento.

A capacidade de Autorreferência dos problemas e da realidade institucional é um objetivo fundamental, pois todo processo genuíno de Autoavaliação institucional tem que levar em consideração os indicadores internos e externos. Priorizando os indicadores internos que são relevantes para desenvolvimento da instituição. Uma das metodologias utilizadas no processo de Autoavaliação Institucional é a Metodologia que possibilita identificar, analisar e entender a realidade institucional

utilizando-se de indicadores internos e externos, com ênfase nos indicadores internos, construídos de forma participativa e valorizando a análise histórica de outros momentos avaliativos vividos na instituição (HUGUET, 2001).

É fundamental em um processo de Autoavaliação ocorrer à participação efetiva da comunidade institucional, pois esta assegura a Autoanálise: a instituição se pensa, repensa e viabiliza planos de ação que impliquem em mudança e desenvolvimento.

De acordo com Saul, 1988; Cinda, 1994; Orozco, 1994; Tubino, 1997; Sguissardi, 1997; Bernheim, s/f; Huguet, s/f; Leite, 1998; Iannone, 1999; Ristoff, 2000- 2002; Ristoff e Coelho, 2000; Balzan, 2000; Massi 2001; Ribeiro 2000-2002; Dias Sobrinho, 2000-2002; dentre outros, a capacidade de Autorreferência dos problemas e da realidade institucional é um objetivo fundamental, pois todo processo genuíno de Autoavaliação institucional tem que levar em consideração os indicadores internos e externos. Priorizando os indicadores internos que são relevantes para desenvolvimento da instituição.

A Autoavaliação Institucional a partir das contribuições dos princípios metodológicos do Grupo Institucional assegura e privilegia o discurso e as percepções dos atores sociais da realidade estudada. A participação é real em um processo de Autoanálise, coletando, analisando e emitindo parecer frente às informações levantadas em entrevistas coletivas em uma perspectiva sócio-qualitativa (HUGUET, 2001).

Outro objetivo fundamental da Autoavaliação Institucional explicita a natureza do processo que é a necessidade de potencializar e desenvolver as pessoas da instituição e, conseqüentemente a própria instituição.

O próprio ato de avaliar é um momento intencionalmente pedagógico e de potencialização dos recursos humanos, tomando-se como Autorreferência, e alcançando a Autoanálise para assim se desenvolver e buscar a excelência. O Autodesenvolvimento traz as diretrizes para mudanças que contribuem para o aperfeiçoamento, desenhando políticas, planejamentos, redimensionados recursos, acordos de cooperação interinstitucionais e outras ações que incrementam a qualidade acadêmica.

Uma instituição que se proponha viver um processo de Autoavaliação Institucional precisará planejar as etapas deste processo a fim de alcançar sucesso, sendo estas: preparação; elaboração do projeto; de organização do processo; de condução do processo; resultados e informes; validação; plano de ações e tomada de decisões em uma lógica permanente.

Os maiores problemas da Autoavaliação Institucional, tal como esta vem sendo implantada em diversos contextos universitários, estão vinculados à falta de capacitação, de preparação adequada da equipe avaliadora; à centralidade do processo na formulação de um diagnóstico que não se reverte em implementação de mudanças e desenvolvimento institucional; à crença de que os questionários são um instrumento que assegura a participação, o que não tem sido demonstrado em seus resultados; resultados sem continuidade, sem validação de pares externos (RIBEIRO, 2000)

A Autoavaliação Institucional pode utilizar-se de diferentes instrumentos para coleta e análise dos dados e informações, porém o presente estudo compreende que a Metodologia do Grupo Institucional é relevante e fundamental para atingir os objetivos fundamentais de Autorreferência, Autoanálise e Autodesenvolvimento.

Compreende-se a Autoavaliação Institucional como mecanismo de produção, desenvolvimento científico e de juízo de valor sobre a universidade, o processo avaliativo, as relações humanas institucionalizadas, dentre outros.

A Metodologia do Grupo Institucional apresenta-se como uma ferramenta extremamente útil e viável, pois considera a instituição como um todo, atendendo ao princípio da globalidade e integração de forma associada, permitindo uma visão geral e abrangente da instituição.

Por ser uma técnica participativa, dinâmica, ativa, de adesão voluntária e não punitiva faz com que ela se torne atraente, convidativa, motivando os atores sociais a estarem participando. Fundamental se faz que seja feito um processo de sensibilização da comunidade acadêmica para o processo avaliativo e com este a oportunidade de desenvolvimento pessoal e institucional.

O Grupo Institucional é uma modalidade de grupo que utilizada em processos de Autoavaliação Institucional permite viabilizar o princípio do respeito à identidade institucional, pois se constrói uma proposta avaliativa com um olhar interno e os indicadores são elencados com a participação efetiva da comunidade acadêmica, debatendo o que valorar enquanto indicadores do processo avaliativo. Respeito à identidade institucional remete a retornarmos à natureza da universidade, sua missão, sua visão, suas pretensões, qualificação, cultura institucional, relevância social, enfim seu histórico (RIBEIRO, 2000).

O princípio da flexibilidade é assegurado em um processo qualitativo como o proposto neste trabalho, uma vez que ajustes durante o processo se fazem necessários, evidentemente sem comprometer os propósitos maiores do processo avaliativo. A guia de discussões do Grupo Institucional é flexível, assim como, toda a dinâmica grupal do processo. O moderador e redator têm papéis fundamentais que também são de caráter flexível, adaptável, permitindo ajustes ao processo (RIBEIRO, 2002)

Os princípios da negociação e cooperação são relevantes em todo o processo avaliativo, seja no planejamento, levantamento de dados, organização e desenvolvimento da proposta, pois legitima o caráter pedagógico, transformador, formador de valores e princípios institucionais, que promovem uma avaliação participativa, democrática e emancipadora. O princípio da negociação e cooperação da legitimidade ao processo, trazendo benefícios mútuos, melhoramento contínuo, estimulando cada vez mais a participação e construção de uma cultura avaliativa.

Ao tratar do tema Avaliação Institucional nas universidades, Ribeiro (2002) comenta que: “A Avaliação Institucional de uma universidade terá que estar sempre relativizando as interrelações existentes nos processos acadêmicos. No entanto, terá também que avaliar o atendimento às expectativas da sociedade na qual está inserida, sem perder de vista suas funções de ensino, pesquisa e extensão.”

Ao associar os princípios fundamentais da Autoavaliação Institucional aos seus princípios para instrumentalização do processo que são: globalidade; continuidade; adesão voluntária; legitimidade; credibilidade; dentre outros, e ao conjugar ao instrumento qualitativo intitulado Metodologia do Grupo Institucional

para construir um processo de Autoavaliação Institucional atingem-se os objetivos fundamentais de Autorreferência, Autoanálise e Autodesenvolvimento.

3.2 AVALIAÇÃO: TIPOS E SIGNIFICADOS NO PROCESSO EDUCACIONAL

A avaliação é um processo contínuo que não objetiva, apenas, detectar um produto, mas inclui a reflexão para o redirecionamento e a perspectiva de avanços em novas direções (FREIRE, 2011).

A simples menção da palavra nos remetia a conceitos de qualificação, a atribuição de nota, medição de valores, comparação e controle. Remetia a atitudes de recompensa e de punição bem como a associação com objetividade.

Assim, a avaliação pode ser considerada um instrumento de gestão podendo ser utilizada como estratégia em que se busca estimular os atores institucionais a refletir suas ações, a buscar novos conhecimentos e habilidades para implementar melhorias e o aperfeiçoamento da qualidade do serviço ofertado, entendendo-se isso como um processo contínuo e participativo.

Na educação, a avaliação é elemento que compõe o processo de ensino aprendizagem e se desenvolve de várias formas, com argumentos e tendências que acompanham o contexto sócio-político-cultural.

Na área de saúde a avaliação passou a gozar de grande prestígio a partir dos anos 70 do século XX, quando da “[...] diminuição do crescimento econômico e do papel do Estado no financiamento dos serviços de saúde...” (CONTANDRIOPOULOS, *et al*, 1997, p. 30).

Na educação, inicialmente, a avaliação da saúde foi desenvolvida por grupos que detinham o poder de propor ou promovê-la com uma perspectiva de controle. Nesta área paulatinamente passou-se a trabalhar com três tipos de avaliação: institucional, de programas e de projetos. O principal objetivo destas avaliações é gerenciar os processos de atenção à saúde, rever propostas e refazer planejamentos na perspectiva de aperfeiçoar os resultados.

Em relação à formação profissional em saúde, a avaliação tem a função de identificar e acompanhar o desenvolvimento do processo de aprendizagem em consonância com os pilares da educação; aprender a conhecer, aprender a fazer; aprender a ser e aprender a conviver. Portanto, avaliar as aprendizagens do aluno, retrata o compromisso do e da instituição em formá-lo para o exercício profissional e para a cidadania, bem como a atuação de seus professores na mediação deste processo.

A avaliação está sempre presente no processo de educação tanto nas escolas, como fora delas fazendo parte do seu dia a dia. No Projeto Político Pedagógico de cada escola, a avaliação deve ser apresentada de forma consistente e clara.

3.3 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem sido tratada como inerente à avaliação educacional e por muitas vezes confundida ou incluída entre o processo em que avaliam a educação. Por muito tempo ela foi apresentada como uma prática neutra, isenta de qualquer interesse de grupos.

Para Tyler (1983), autor clássico de literatura sobre avaliação, a avaliação da aprendizagem se constituía, basicamente no processo de determinar em que medida os objetivos educacionais estavam sendo atingidos pelo programa do curso pela instituição.

No final da década de 1970, autores como Gadotti e Freire passaram a defender uma avaliação na perspectiva democrática, essencial para a emancipação e a avaliação da qualidade profissional e social.

Gadotti (2003) menciona que:

A avaliação se constitui em um processo intencional e político e por isso merece destaque no planejamento pedagógico. Nessa assertiva, esse autor nos convida a deixar claro, principalmente, para os alunos, quais são os objetivos, os critérios e os meios ou formas de fazer a avaliação.

Para Freire (2011), a avaliação é:

Um processo contínuo que não objetiva, apenas, detectar um produto; inclui reflexão para o redirecionamento e perspectiva de avanço em novas

direções. A avaliação é um processo sistematizado, na medida em que é previsto e planejado, sem, no entanto, reduzir-se a uma formalidade.

Assim, a avaliação é considerada um instrumento de gestão e pode ser utilizado como uma estratégia pedagógica para estimular os atores institucionais a buscar novos conhecimentos e habilidades, bem como a se interessar pela própria avaliação.

A Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) traz possibilidades de mudanças no ensino e na educação, portanto, como fio condutor à flexibilização e à responsabilização institucionais. Faz uma abordagem sobre os aspectos da avaliação nos vários níveis e modalidades da educação nacional, recomendando a predominância da avaliação qualitativa sobre a quantidade e a avaliação por critérios e por domínio.

Em atendimento às orientações emanadas da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) foram criadas e adotadas as Diretrizes Curriculares para todos os cursos de formação profissional em todos os níveis, caracterizando-se como uma medida consistente e adequada para os tempos atuais.

Tais diretrizes orientam a formulação de projetos políticos pedagógicos das instituições de formação de ensino. Ou seja: preconizam uma formação crítica e reflexiva onde o profissional seja capaz de conhecer ou reconhecer os determinantes de problemas de sua área de atuação, e intervir sobre os mesmos, respondendo às responsabilidades que foram atribuídas pela sociedade (BRASIL, 1999).

Para tanto, torna-se necessário, nos Projetos Políticos Pedagógicos, uma definição clara do perfil, das competências e das habilidades profissionais, bem como um recorte do conhecimento necessário para dar suporte à ação e à integração entre conteúdos teóricos e práticos de cada profissão. A partir da orientação, o eixo da formação se desloca do conhecimento (domínio de conteúdo) para as competências que se caracterizam como “[...] a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho” (BRASIL, 1999).

Neste sentido, coloca-se um novo e urgente desafio, o de pensar a avaliação de forma bastante criteriosa no que diz respeito ao seu planejamento e execução, pois ela deve ser pautada mais em critérios e padrões de desempenho do que, simplesmente, na medida do conhecimento obtido pelo aluno.

Tenta-se evitar que o aluno fracasse. Ou seja, a avaliação passa a ser mediada pelo domínio e pelo desempenho do aluno. A avaliação do campo da aferição de notas passa a ser uma oportunidade para que o aluno se recupere, quando necessário. Quando isso deve acontecer? Isso deve ocorrer paralelamente ao desenvolvimento das atividades de ensino aprendizagem ou no momento em que se verifica que o aluno não domina o assunto trabalhado ou não desenvolveu as habilidades necessárias para o seu fazer profissional.

Assim, o aluno ganha confiança em si mesmo e cria estímulos para aprender; reconhece seus limites, potencialidades e responsabilidades, elementos essenciais para o exercício de uma prática profissional.

Uma escola comprometida com a sociedade faz uma educação libertadora. Ao adotar uma avaliação que assegura aquisição de competência de seus alunos consegue-se influenciar na definição de padrões de qualidade para a formação profissional.

Segundo Fernandes (2009), classifica-se a avaliação conforme a modalidade e as suas características. Quanto à modalidade, o autor afirma que a avaliação pode ser dialógica, mediadora, emancipatória, diagnóstica, formativa e somativa. Quanto às características: integrada (aos objetivos/ conteúdo/ métodos e técnicas de ensino), contínua, sistemática, integral (inclui aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores) e científica.

Além de ser considerada como um instrumento de gestão, a avaliação deve ser utilizada como uma estratégia pedagógica para estimular os atores envolvidos na busca de novos conhecimentos e habilidades, bem como a se interessar pela própria avaliação.

Nessa linha de pensamento, importa estar atento às funções da avaliação. Tais funções relacionam-se ao contexto em que é praticada e à finalidade a que se

destina. Na prática pedagógica, a função da avaliação está ligada principalmente aos significados da aprendizagem.

São funções da avaliação: assegurar o domínio da aprendizagem; demonstrar os efeitos da metodologia e dos instrumentos empregados no processo ensino-aprendizagem; conhecer o alcance dos objetivos de ensino-aprendizagem nas áreas cognitivas, afetivas e psicomotora; conhecer a atuação do professor e demais componentes do ato educativo; fornecer dados para conhecer e avaliar a eficácia do currículo escolar, frente às exigências sociais e culturais; diagnosticar e propor soluções (FERNANDES, 2009).

3.4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ESCOLAR

A avaliação institucional, no ambiente escolar, objetiva o aperfeiçoamento de qualidade da educação, do ensino, da aprendizagem e da gestão. Com isso, visa transformar a escola em uma instituição comprometida com a aprendizagem e com a sociedade (BELLONI; FERNANDES, 2009).

Na avaliação institucional, aspectos ideológicos, políticos econômicos e culturais ganham relevância (SUANNO, 2002). Este autor considera que a avaliação institucional contribui para a tomada de decisão nas práticas de gestão em todos os níveis da instituição e que deve ser um processo contínuo e participativo.

Um olhar investigativo, estudos permanentes e clareza sobre sua missão e finalidade são pontos importantes na avaliação institucional. Dessa forma, a avaliação deve nortear o desenvolvimento da instituição e precisa ser guiada por quatro questões fundamentais: para que, o que, como e quem avalia.

Fazem parte da avaliação institucional escolar: docentes, alunos, gestores e todos aqueles que direta ou indiretamente contribuem para o andamento da instituição. O aluno é o sujeito educativo, ator importante no processo de trabalho da escola. Demo (1996) alerta que uma avaliação democrática e solidária prevê a participação do aluno.

A avaliação institucional deve ser realizada de forma sistemática, na perspectiva de melhoria de sua prática e, conseqüente, aprimoramento dos profissionais. Deve ocorrer dentro de um contexto amplo, de modo que sejam

consideradas a história da instituição, suas experiências e práticas, bem como as de seus atores sociais (DEMO, 1996).

Avaliar é uma atividade complexa e requer a aplicação de indicadores cuidadosamente definidos. Ao avaliar, a instituição deve se cercar de cuidados para que o processo não seja interpretado pelos participantes como um ato punitivo e de pressão, pois, dessa forma, poderia prejudicar a autoestima do grupo, refletindo negativamente no trabalho.

Para Demo (1996), o processo de avaliação institucional deve respeitar algumas condições básicas:

Inclusão de todos os seus atores sociais no planejamento e no estabelecimento dos critérios de avaliação; definição de critérios de avaliação claros, éticos e imparciais; permissão de questionamentos por parte dos participantes do processo; sensibilização dos atores envolvidos para participarem do processo e para compreenderem a finalidade da avaliação; desenvolvimento de solidariedade, confiança e cooperação entre os participantes do processo; disponibilização das informações aos atores envolvidos sobre os resultados do processo de avaliação; construção coletiva de novos planos de ação, tendo em vista os resultados da avaliação.

Os aspectos éticos, a solidariedade para a construção e a reconstrução de valores e atitudes são essenciais na avaliação. Os atores envolvidos são, simultaneamente, avaliadores e avaliados, devendo, portanto, haver abertura para críticas, escuta dos anseios e das dificuldades e disposição de todos para o diálogo. Assim, a avaliação se torna interativa, inovadora, humanizada, potencialmente capaz de emancipar os atores e de identificar caminhos para transformar a prática pedagógica.

Em relação à autoavaliação dos atores sociais, Giroux (1986, p.249) afirma que esta é de suma importância para a prática reflexiva, “pois é a capacidade de pensar sobre o pensamento, apontado para um modo de raciocínio que tem como objetivo romper a ideologia “congelada” que impede uma crítica da vida e do mundo”. Para esse autor, um “olhar avaliativo” possibilita ampliar a consciência acerca das possibilidades e limites de atuação da escola, além de permitir uma visualização da abrangência do trabalho e das competências que precisam ser desenvolvidas para responder as demandas sociais e educativas. No esforço de aprofundar e qualificar

suas competências, a escola potencializa sua capacidade de reflexão da realidade e abre espaço para a inovação.

No cotidiano de educação, é necessário buscar os significados da avaliação relacionados ao trabalho dos gestores, pessoal administrativo, professores e alunos. Faz-se necessário discutir questões relacionadas à metodologia da avaliação, tais como:

O processo avaliativo envolve o coletivo e é construído democraticamente? A avaliação possibilita transformações nos processos pedagógicos e de gestão desenvolvidos na escola, nos serviços e na comunidade? Os objetivos da avaliação são postos claramente pela instituição? As avaliações educacionais são criteriosas, éticas, adequadas à realidade atual e construtora da sociedade que se deseja para o futuro? A avaliação reflete o significado do ensino-aprendizagem, desenvolvido na sala de aula e nos campos de prática supervisionada?

Estes são questionamentos que persistem em nosso dia-a-dia e emergem em vários debates nos eventos de avaliação.

3.7 AVALIAÇÃO COMO MOVIMENTO DE REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS POLÍTICO PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS TÉCNICAS DO SUS – ETSUS

As Escolas Técnicas do SUS vêm sendo construídas desde a década de 1980. Ao longo deste tempo vem sendo ampliada e ressignificada, principalmente a partir do contexto político no qual o SUS, em expressão e consolidação, abrindo-se postos de trabalho em maior intensidade para trabalhadores de nível técnico, sem a devida exigência de qualificação formal nessa ocasião a política de qualificação desses trabalhadores, efetivada pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde era restrita e insuficiente quantitativamente.

Diante desta realidade, as ETSUS foram criadas para promover a formação de trabalhadores do SUS com o perfil condizente as necessidades técnicas e sociais das realidades regionais e locais.

Desta forma, a criação das ETSUS foi um reconhecimento de que uma política relativa à formação dos trabalhadores é essencial para a implementação do Sistema Nacional de Saúde. Essa política propõe a articulação de estratégias para a elevação da escolaridade e melhoria do perfil de desempenho profissional dos

técnicos, bem como, para a implantação de atividades de educação permanente dos trabalhadores do SUS.

Neste sentido, as ETSUS devem promover uma formação ampliada, sintonizada com as demandas da prática profissional e com a qualidade dos cuidados de saúde prestados aos indivíduos e as coletividades. Para tanto, devem situar-se na real complexidade do trabalho, nos projetos estruturantes para uma reorientação do modelo de atenção e do paradigma sanitário do SUS, contribuindo para promover a autonomia e a emancipação dos trabalhadores.

As ETSUS configuram-se, atualmente, em instituições com processos complexos de gestão político pedagógico que necessitam de permanente avaliação e transformação de suas realidades. Para produzir mudanças nas ETSUS, é fundamental analisar as práticas e as concepções vigentes, problematizá-las, buscar estratégias coletivas para reflexão e enfrentamento dos desafios. É fundamental também reconhecer as instâncias de governabilidade nos processos de implementação dessas mudanças e compreender seu papel na transformação da realidade das escolas, construindo novos pactos de organização, de diálogo e de práticas de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

Todos os profissionais das ETSUS, da atenção e da gestão do Sistema de Saúde e de Educação, bem como os alunos dos cursos técnicos têm ideias, conceitos e concepções importantes acerca da educação profissional das estratégias para sua produção e do papel que a escola deve cumprir no processo de consolidação do SUS. É a partir dessas concepções, mediadas pela organização dos serviços, que cada ator social opera e expressa suas expectativas, demandas e necessidades.

O planejamento, segundo Vasconcelos (1995) é visto como construção e transformação de representações. É uma mediação entre a teoria e a metodologia que visa uma ação. Planejar é tentar interferir no fluxo do tempo e dos acontecimentos com o objetivo de criar algo novo, ousar, avançar e dar um salto qualitativo.

O processo de autoavaliação institucional é norteado pelos princípios da participação coletiva, da democracia e da avaliação para a emancipação dos

sujeitos envolvidos e para a emancipação dos sujeitos envolvidos e para a transformação da realidade.

Segundo Belloni e Fernandes (2009), para que o planejamento de uma autoavaliação institucional seja afetivo e alcance os objetivos e as metas estabelecidas, devem ser seguidas algumas etapas que visam sistematizar e auxiliar esse processo.

São três as etapas a serem percorridas: Planejamento e preparação coletiva da avaliação, Desenvolvimento do projeto proposto e Consolidação do processo e programação de redirecionamento (BELLONI E FERNANDES, 2009).

4 METODOLOGIA

Esse projeto de intervenção foi elaborado durante a realização do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, promovido pelo Ministério da Saúde, sob a execução da Universidade Federal de Minas Gerais. As orientações para sua construção foram dadas paralelamente à sua elaboração, durante a execução do curso na modalidade à distância.

Inicialmente definiu-se o problema, a partir da prática profissional do orientando, sendo realizado o seu recorte, definidas as suas causas e consequências, com posterior levantamento das evidências científicas.

Em seguida, foram traçados os objetivos geral e específicos, realizada pesquisa bibliográfica relacionada ao tema estudado, coletando-se as informações necessárias. Para a descrição do cenário e dos sujeitos da intervenção foi levado em consideração a experiência e o envolvimento com o problema em questão.

Pretende-se, ao final, viabilizar-se a execução do Projeto de Intervenção aqui proposto, validando-se os instrumentos elaborados para avaliação das ações da ETSUS-PI, segundo a visão dos atores sociais diretamente envolvidos no processo. Após validação dos mesmos, e realizadas as alterações pertinentes, aplicar-se-ão os instrumentos de avaliação conforme a execução dos cursos da escola.

4.1 Cenário da Intervenção

A intervenção será realizada na Escola Técnica do SUS do Piauí - ETSUS-PI, instalada na sede do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (CEEPS), situado à Rua Climério Bento Gonçalves S/N, Bairro Monte Castelo, em Teresina – PI.

As Escolas Técnicas do SUS foram criadas para exercer papel estratégico na profissionalização dos trabalhadores de nível médio sem qualificação específica para o setor Saúde. O trabalho pedagógico da Escola busca conduzir o aluno ao aperfeiçoamento contínuo da ação educativa. Para isso, utiliza métodos científicos, de modo que a observação, a pesquisa e a demonstração façam parte dos conteúdos e estejam relacionados à experiência prática. O maior objetivo das ETSUS é formar trabalhadores com senso crítico para o pleno exercício da

cidadania e dotados de competências técnico-científicas que lhes confirmam capacidade profissional.

As Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS - ETSUS são instituições públicas criadas para atender às demandas locais de formação técnica dos trabalhadores que já atuam nos serviços de saúde, acompanhando o processo de municipalização do SUS no Brasil. A origem das ETSUS remete ao Projeto Larga Escala, iniciado em 1985.

As Escolas Técnicas do SUS atuam no segmento chamado de educação profissional, que hoje engloba a formação inicial e continuada (antiga formação básica), bem como cursos técnicos. São, em sua maioria, vinculadas à gestão da Saúde e não da Educação, o que facilita a adoção dos princípios e diretrizes do SUS como norteadores da sua prática formativa.

A principal especificidade dessas instituições é a capacidade de descentralizar os currículos, mantendo os processos administrativos centralizados. Para isso, utilizam as unidades de saúde como espaços de aprendizagem e qualificam pedagogicamente os profissionais de nível superior dos serviços para atuarem como professores. Além disso, adequam o currículo ao contexto regional e têm como modelo pedagógico a integração ensino-serviço, com sua concepção fundamentada na articulação entre Trabalho, Ciência e Cultura, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos.

A ETSUS-PI foi criada por meio do decreto estadual nº. 11.655, de 02 de Março de 2005, funcionando através de uma parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado da Saúde/SESAPI e a Secretaria Estadual de Educação e Cultura/SEDUC, através do Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 46, de 04 de Março de 2005. Em sua trajetória, já formou e capacitou cerca de 9 mil pessoas através dos cursos técnicos em Radiologia, Saúde Bucal e Vigilância em Saúde, além de aperfeiçoamentos em Terapia Neonatal e Terapia Adulta, Hemoterapia, Maternidade e Saúde do Idoso. Somente na primeira etapa formativa do curso técnico em Agente Comunitário de Saúde, a ETSUS-PI capacitou 6.492 profissionais divididos em 121 turmas por todo o estado.

A visão de futuro da Escola é que ela seja referência de formação profissionalizante na área de saúde, convergente no sentido de atender com plenitude aos cidadãos e às comunidades com base no que preconiza o Sistema único de Saúde - SUS e que tenha seu Projeto Político Pedagógico que atenda as suas reais necessidades no processo educacional e, que elabore instrumentos que proporcionem a avaliação do trabalho da ETSUS-PI, pois temos consciência de que é instrumento que nos permite compreender cada vez mais, a nossa posição e situação institucional para avançarmos rumo ao alcance dos nossos objetivos e nossas metas.

4.2 Sujeitos da Intervenção

Serão sujeitos desta intervenção os docentes, os discentes, o corpo técnico administrativo, a gestão dos serviços de saúde e a comunidade diretamente relacionada às práticas profissionais dos egressos da ETSUS-PI.

4.3 Etapas da Intervenção

A intervenção proposta será iniciada pela realização de um planejamento e preparação coletivos da avaliação.

Essa etapa consiste em planejar a autoavaliação e sensibilizar os profissionais envolvidos. Nela constitui-se uma comissão de avaliação com a função de coordenar e articular o processo. A comissão deverá ter representação de todos os atores e pode ser uma comissão já instituída na escola, como o conselho escolar e ou ser criada uma nova comissão para esse fim. O planejamento deve prever reuniões desta comissão para acompanhar o processo, portanto seus integrantes devem ter disponibilidade para o trabalho e de preferência, serem eleitos por seus pares. É preciso lembrar que essa comissão não vai realizar essa avaliação sozinha, o objetivo é que ela proponha, coordene e acompanhe o processo.

Para planejar a autoavaliação da sua Escola é primordial iniciar com um trabalho de sensibilização da comunidade institucional. A comunidade deve

conversar e discutir acerca da importância da autoavaliação para os processos de trabalho e para a qualificação desses processos e de seus resultados. A sensibilização é uma importante tarefa dos gestores e profissionais que objetivam realizar uma autoavaliação institucional.

Todos devem estar cientes da importância da participação de cada um dos atores e da coletividade para que o processo tenha êxito. Assim, a condição para o êxito é que todos os atores estejam envolvidos, desde o planejamento do projeto de autoavaliação até o plano de intervenções, sua implementação e reavaliação.

Considerando que a avaliação deve envolver todos os setores e processos escolares, incluindo as suas interrelações, é necessário ter uma visão do todo da escola a partir do seu Projeto Político Pedagógico. Faz-se necessário, também definir as dimensões e os indicadores de avaliação para facilitar a posterior escolha do método e dos instrumentos a serem utilizados.

O planejamento da autoavaliação propriamente dita deve contemplar a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos físicos, humanos e financeiros, além do cronograma.

A etapa do planejamento e preparação coletiva culmina com elaboração do projeto de autoavaliação a ser executado pela comissão e reavaliado durante e ao final do processo.

Os passos preconizados para a operacionalização desta etapa são: elaboração da proposta de avaliação institucional; discussão da proposta com os diversos atores e definição do projeto com justificativa, princípios, contextualização, objetivos, etapas, procedimentos metodológicos e cronograma.

O objetivo final é a concretização das atividades que foram programadas no projeto de autoavaliação. Dessa forma, devem ser definidos grupos focais, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho.

Para o desenvolvimento da avaliação deverão ser construídos instrumentos de avaliação (questionários, entrevistas e/ou outros) e devem ser também definidos os recursos necessários para o processo avaliativo. Cada instrumento a ser utilizado deve considerar o objetivo e o tipo de processo avaliativo.

Para trabalhar os resultados da autoavaliação, Belloni e Fernandes (2009, p. 111) sugerem que devemos identificar resultados do processo de avaliação, reconhecer as principais razões, associar as situações (de sucesso e de fracasso) ao projeto pedagógico da escola, selecionar e divulgar situações e experiências bem sucedidas, elaborar propostas para mudar as situações de dificuldade ou insuficiência.

Essa identificação dos resultados do processo avaliativo pode ser útil na formulação e planejamento da autoavaliação institucional que deve ser modificado para atender as especificidades de cada contexto escolar.

4.4 Resultados Esperados

Com o cumprimento dos objetivos desse projeto de intervenção, esperamos que os sujeitos desta intervenção (docentes, discentes, corpo técnico administrativo, gestores dos serviços de saúde e comunidade) desenvolvam competências primordiais à realização deste projeto de intervenção.

Nossa intenção não é só capacitar, mas mudar a qualidade da assistência que esses profissionais prestam aos usuários do SUS. Na maioria dos cursos, há projetos de intervenção para que o conhecimento seja aplicado, o que implica, posteriormente, melhoria na qualidade do sistema de saúde.

O projeto de intervenção baseia-se na intenção de atuar no seu contexto real, perseguindo objetivos de mudança numa situação considerada como problema ou de necessidade. Com suas atividades, relacionando-se com a ação dos demais sujeitos na sociedade, pretende produzir resultados que, no conjunto, contribuam para modificar essa realidade ou situação problema. Assim, os resultados de um projeto nunca são uma garantia de certeza, mas um investimento, uma aposta na possibilidade de alcançá-los. Não havendo certezas, é preciso construir meios de monitoramento que auxiliem a perceber o rumo das mudanças que se consegue gerar (JANOVSKY, 1995).

O monitoramento da execução das atividades elencadas no projeto de intervenção deve ser feito permanentemente, tomando por base as informações

coletadas e sistematizadas, que devem possibilitar a avaliação qualitativa e quantitativa dessas atividades. Nesse sentido, é de extrema importância a construção de indicadores que possibilitem a avaliação do resultado do projeto. Os indicadores são considerados como parâmetros qualificados e/ou quantificados que servem para detalhar em que medida os objetivos do projeto foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo e numa localidade específica. (DONABEDIAN, 1994)

Para Donabedian (1994), a seleção de indicadores que proporcionem uma perfeita avaliação do projeto deve ser:

Uma etapa criteriosa, levando-se em consideração tais parâmetros que se quer avaliar. Sendo fator determinante ao sucesso da avaliação. Portanto, a escolha dos indicadores em um projeto, deve considerar os ângulos que se deseja avaliar. Como: eficiência, eficácia, efetividade ou impacto.

Outro aspecto importante que se deve considerar na escolha dos indicadores avaliativos, é a característica destes. Isto é, se tais indicadores apresentam algumas características indispensáveis à viabilidade do monitoramento e à avaliação dos resultados.

Tais como: Considera as particularidades do contexto e foi desenvolvido a partir de um bom conhecimento da realidade na qual se vai intervir; captam os efeitos atribuíveis às atividades gerados pelo próprio projeto; são bem definidos, precisos e representativos dos aspectos centrais da estratégia do projeto; está orientado para o aprendizado, estimulando novas reflexões e a compreensão pelos vários envolvidos sobre a complexidade dos fatores que podem determinar ou não o alcance dos objetivos; considera de modo adequado à natureza do projeto, ângulos relativos à eficiência, eficácia e efetividade; fornece informações relevantes e em quantidade que permite a avaliação e a tomada de decisão. (DONABEDIAN, 1993)

Nesse projeto de intervenção serão utilizados os indicadores de eficácia e de efetividade para a verificação do cumprimento das atividades e do alcance dos resultados esperados.

Avaliar é uma atividade complexa e requer a aplicação de indicadores cuidadosamente definidos.

Ao avaliar a ETSUS-PI, deve-se ter em mente os aspectos éticos, a solidariedade para a construção e reconstrução de valores e atitudes como essenciais na avaliação. Deve-se analisar o resultado obtido no processo avaliativo como instrumento positivo, uma vez que se permite o diálogo, bem como a análise crítica da realidade vivenciada. Com isso, viabilizam-se mudanças nas práticas educativas, melhorando o nível do trabalho prestado pela escola.

Assim, a avaliação se torna interativa, inovadora, humanizada, potencialmente capaz de emancipar os atores e de identificar caminhos para transformar a prática pedagógica.

A avaliação dos atores sociais é de suma importância para a prática reflexiva, pois é a capacidade de pensar sobre o pensamento, apontado para um modo de raciocínio que tem como objetivo romper a ideologia “congelada” que impede uma crítica da vida e do mundo.

O olhar avaliativo possibilita ampliar a consciência acerca das possibilidades e limites de atuação da escola, além de permitir uma visualização da abrangência do trabalho e das competências que precisam ser desenvolvidas para responder às demandas sociais e educativas. No esforço de aprofundar e qualificar suas competências, a escola potencializa sua capacidade de reflexão da realidade e abre espaço para a inovação, pois no cotidiano de educação, é necessário buscar os significados da avaliação relacionados ao trabalho dos gestores, pessoal administrativo, professores e alunos.

6 ORÇAMENTO

No orçamento do projeto, deve-se sistematicamente enumerar os custos estimados dos recursos e atividades planejadas. As estimativas precisam ser realistas, mantendo em mente um orçamento e uma previsão mais do que uma declaração definitiva de custos e preços (JANOVSKY, 1995).

Muitas organizações diferenciam entre custos principais, que ocorrem apenas uma vez durante a vida do projeto, e custos operacionais ou periódicos, que recorrem regularmente. Uma característica importante dos custos periódicos é que estes usualmente continuam no decorrer do período do projeto e após o encerramento do financiamento externo. Financiadores são geralmente precavidos em financiar custos periódicos a menos que estes sejam projetados para reduzirem substancialmente após o programa estar desenvolvido e estabelecido.

O material abaixo relacionado caracteriza-se como uma previsão do que será necessário para a execução do projeto.

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	Unidade R\$	Total R\$
1- Papel chamex	5 Resmas	15,00	75,00
2-Cartucho Preto	2 Unidades	50,00	100,00
3 –Cartucho colorido	2 Unidades	50,00	100,00
4-Material de escritório		200,00	200,00
5-Diárias de deslocamento para aplicação dos instrumentos de avaliação (equipe avaliadora)	20	120,00	3.000,00
6. Diárias de deslocamento para aplicação dos instrumentos de avaliação (motorista)	20	75,00	1.500,00
Total			4.975,00

REFERÊNCIAS

BELLONI, I; FERNANDES M. E. A. *Progressão: como desenvolver a avaliação institucional da escola?* Módulo IX, Brasília: CONSED, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1996. v.1, v.3.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer nº 16 de 05 de outubro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtm>. Acesso em: 28 de março de 2013.

CONTANDRIOPOULOS, A. *et al. A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos*. In: HARTZ, Z. M. A. (Org.). *Avaliação em saúde dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas*. Rio de Janeiro; Fiocruz, 1997.

DEMO, P. *A avaliação sob o olhar propedêutico*. Coleção Magistério, Formação e trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

FERNANDES, M. E. A. *Avaliar a escola é preciso. Mas... que avaliação?* In: VIEIRA, S. L (org.). *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DPSA, 2009.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. *Educação e poder: Introdução a pedagogia do conflito*. 13^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIROUX, H. *Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias da reprodução*. Petrópolis: RJ. Vozes, 1986.

HUGUET, Antônio Gago. *Calidad, Acreditacion y Evaluacion Institucional*. Material do Mestrado em Ciências da Educação superior/ Universidade de Havana-Cuba, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo; Cortez. 2006.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação Educacional Escolar: Para além do autoritarismo*. São Paulo, Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 320 p.

RIBEIRO, Célia Maria Ribeiro *et al.* *Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Goiás*. 2000.

RIBEIRO, Célia Maria, COSTA, Eula Maria. *Avaliação Institucional: o desenvolvimento humano enquanto percurso e destino*. 2002. (TEXTO)

SUANNO, M. V. R. *Auto-avaliação institucional: princípios da metodologia do grupo focal*. In BELLO, J. L. P. *Pedagogia em foco*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>. Acesso em: 06/03/2013.

TYLER, R. W. *Princípios básicos de curriculum e ensino*. Trad. Leonel Vallandro. 8ª ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1983.

VASCONCELOS, C. S. *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. A. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23ª. ed. Campinas: Papirus, 2006.

ANEXOS

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

QUANTO AO ENSINO		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na ETSUS-PI, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Qualidade do(s) curso(s) da ETSUS em que lecionou;					
2.	Satisfação em relação à estrutura curricular (de disciplinas) do(s) curso(s) Técnicos em que atuou;					
3.	Conhecimento do projeto pedagógico do(s) cursos(s);					
4.	Qualidade dos Planos de Ensino apresentados pelos colegas de curso;					
5.	Clareza em relação às melhores alternativas metodológicas para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas suas aulas;					
6.	Formas de avaliação utilizadas nas disciplinas para “medir” os níveis de aprendizagem dos alunos;					
7.	Mecanismos adotados no(s) curso(s) para a definição dos conteúdos a serem tratados em cada disciplina;					
8.	Alternativas oferecidas aos alunos para a complementação de sua formação global;					
9.	Criatividade demonstrada no desempenho das atividades de ensino (enquanto docente);					
10.	Inovação realizada a cada ano para o desenvolvimento das disciplinas em que atua;					
11.	Relação entre reprovações e aprovações de alunos nas disciplinas em que atua;					
12.	Seriedade acadêmica manifestada pelos docentes do(s) curso(s) em que atua;					
13.	Nível de formação atingido pelos alunos que concluem o curso;					
14.	Dedicação acadêmica dos alunos do(s) curso(s) em que atua;					
15.	Nível de formação dos alunos quando ingressam no curso;					
16.	Capacidade manifestada pelos alunos para a leitura de textos científicos durante o curso;					
17.	Qualificação dos alunos para a escrita de trabalhos científicos durante o curso;					
18.	Capacidade manifestada pelos alunos para a elaboração de atividades exigidas pelo curso;					
19.	Relação entre o número de alunos que ingressam e concluem o curso;					
20.	Medidas adotadas para a melhoria da qualidade do ensino no curso em que atua;					
21.	Medidas adotadas para superar as dificuldades dos alunos com deficiências nas disciplinas;					
22.	Medidas adotadas para aprimorar a metodologia das aulas nas disciplinas do curso;					
23.	Medidas adotadas para aprimorar a avaliação dos alunos nas disciplinas do curso;					
24.	Procedimentos adotados pelo curso para a qualificação dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas;					
25.	Satisfação em relação ao regime de oferta dos cursos na ETSUS-PI;					

26.	Adequação do projeto pedagógico do curso ao perfil do aluno a ser formado;					
27.	Condições dos alunos para a dedicação ao curso.					

QUANTO AO ENSINO		TS	S	NS	I	TI
28.	Tempo dedicado ao planejamento e avaliação constantes do andamento do curso;					
29.	Iniciativa dos alunos para a complementação de sua formação;					
30.	Pauta de assuntos tratados nas reuniões com a coordenação de curso e sua relação com as atividades de ensino;					
31.	Mudanças efetivamente realizadas no ensino a partir das decisões tomadas nas reuniões do curso;					
32.	Mecanismos de atendimento e orientação aos alunos no cotidiano dos cursos;					
33.	Comprometimento efetivo dos docentes com a qualificação dos cursos em que atua;					
34.	Conhecimento da situação dos alunos que já concluíram o curso no seu ambiente de trabalho;					
35.	Satisfação em relação à implantação de novos cursos na ETSUS-PI;					
36.	Implantação de cursos diferentes até agora propostos pela ETSUS-PI.					

TS - Totalmente Satisfatório(a)
S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas
I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

<i>QUANTO À ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS</i>		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na ETSUS-PI, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Políticas da ETSUS-PI para o Ensino;					
2.	Realismo no Planejamento das atividades na ETSUS-PI;					
3.	Racionalidade na programação e execução orçamentária na ETSUS-PI;					
4.	Participação da comunidade na tomada de decisões;					
5.	Envolvimento da ETSUS-PI com as preocupações e demandas da sociedade regional;					
7.	Imagem interna da ETSUS-PI;					
8.	Imagem da ETSUS-PI na sociedade;					
9.	Imagem da ETSUS-PI no meio cursista;					
10.	Nível de satisfação em fazer parte da ETSUS-PI;					
11.	Contribuição da ETSUS-PI para o desenvolvimento local e regional;					
12.	Contribuição da ETSUS-PI para a melhoria do atendimento ao público;					
13.	Funcionamento administrativo da ETSUS-PI;					
14.	Conhecimento sobre os Cursos da ETSUS-PI;					
15.	Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da ETSUS-PI;					
16.	Conhecimento dos cargos e funções existentes na ETSUS-PI;					
17.	Funcionamento da ETSUS-PI					

TS - Totalmente Satisfatório(a)
 S - Satisfatório(a)
 NS - Não sabe ou tem dúvidas
 I - Insatisfatório(a)
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO AO AMBIENTE E RELAÇÕES HUMANAS		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na ETSUS indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Relacionamento entre os alunos do curso;					
2.	Relacionamento com os funcionários da ETSUS-PI;					
3.	Relacionamento com os professores do curso;					
4.	Relacionamento com as direções e coordenações em geral;					
5.	Ética nas discussões e relações internas à ETSUS-PI;					
6.	Satisfação com o curso que realiza;					
7.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade entre os alunos;					
8.	Valorização enquanto membro da comunidade acadêmica da ETSUS-PI;					
9.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal na ETSUS-PI;					
10.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades de formação (salas de aula, biblioteca etc.);					
11.	Condições de estrutura física da escola sede das aulas (limpeza, segurança, aparência estética etc.);					
12.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de ensino;					
13.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades complementares de formação (pesquisa, estágio etc.);					
14.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários etc.;					
15.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de aprendizagem;					
16.	Adequação do ambiente de ensino para favorecer o bom desempenho acadêmico e científico;					
17.	Adequação do tipo de convivência interna à ETSUS-PI para favorecer a formação de cidadãos ética e socialmente responsáveis.					

- TS - Totalmente Satisfatório(a)
 S - Satisfatório(a)
 NS - Não sabe ou tem dúvidas
 I - Insatisfatório(a)
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS A TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

QUANTO AO AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na ETSUS, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Relacionamento entre os funcionários da ETSUS-PI;					
2.	Relacionamento com os professores da ETSUS-PI;					
3.	Relacionamento com os estudantes;					
4.	Relacionamento com as direções e coordenações em geral;					
5.	Ética nas discussões e relações internas à ETSUS-PI;					
6.	Satisfação com as atividades que desenvolve;					
7.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade;					
8.	Valorização enquanto profissional na ETSUS-PI;					
9.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal na ETSUS-PI;					
10.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades profissionais;					
11.	Condições da estrutura física da ETSUS-PI (limpeza, segurança, aparência estética, etc.);					
12.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades profissionais;					
13.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários, etc.;					
14.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de trabalho;					
15.	Salário em relação à função exercida;					
16.	Salário em comparação com outras instituições públicas;					
17.	Salário em relação às despesas básicas;					
18.	Conhecimento dos descontos e vantagens salariais;					
19.	Adequação do ambiente de trabalho para favorecer o bom desempenho profissional;					
20.	Adequação do tipo de convivência interna à ETSUS-PI para favorecer a formação de cidadãos ética e socialmente responsáveis;					
21.	Satisfação em relação ao Plano de Cargos e Salários.					

TS - Totalmente Satisfatório(a)
S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas
I - Insatisfatório(a)

TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM GESTORES DE SAÚDE

A partir de sua experiência pessoal na gestão em saúde no Sistema Único de Saúde, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		TS	S	NS	I	TI
1.	Divulgação dos cursos oferecidos pela ETSUS-PI;					
2.	Qualidade do(s) curso(s) da ETSUS-PI;					
3.	Dedicação e compromisso dos profissionais nas atividades laborais e acadêmicas;					
4.	Nível de formação dos alunos quando egressam do curso;					
5.	Mudanças efetivamente realizadas na prestação de serviço no âmbito do SUS pelos alunos egressos dos cursos;					
6.	Viabilidade na implementação dos cursos ofertados pela ETSUS-PI aos profissionais do SUS em sua gestão em saúde;					
7.	Nível de satisfação em fazer parte da ETSUS-PI, como parceiro no fortalecimento do SUS;					
8.	Contribuição da ETSUS-PI para o desenvolvimento local e regional;					
9.	Contribuição da ETSUS-PI para a melhoria do atendimento ao público;					

TS - Totalmente Satisfatório(a)
 S - Satisfatório(a)
 NS - Não sabe ou tem dúvidas
 I - Insatisfatório(a)
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)